MARINHA DO BRASIL DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA (CP-T/2019)

DIREITO (Discursiva)

INSTRUÇÕES GERAIS

- 1- Verifique se a prova recebida está completa (1ª Parte Peça Processual ou Parecer; e 2ª Parte 4 (quatro) questões sob forma de problemas), com as respectivas folhas de rascunho e do texto definitivo (consta no cabeçalho de cada folha a questão correspondente) e se não faltam questões ou páginas. Escreva corretamente o seu nome, coloque o seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal que tome as providências cabíveis;
- 2- A duração da prova será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado à transcrição dos textos para as folhas de texto definitivo da Prova Discursiva. Será permitida a consulta exclusivamente à legislação não comentada ou anotada, sendo admitida somente a remissão a artigos de textos legais e sendo vedados o uso de corretivo líquido (ou de qualquer outra natureza) e de rasuras;
- 3 Só inicie a prova após ser autorizado pelo fiscal, interrompendo a sua execução quando determinado. Ao término da prova, entregue o caderno ao fiscal, sem desgrampear nenhuma folha;
- 4- Somente será permitido o uso de caneta esferográfica azul ou preta (não serão corrigidas as respostas a lápis e aquelas que excederem o espaço destinado para cada questão);
- i- O tempo mínimo de permanência do candidato no recinto de aplicação da prova é de 2 (duas) horas. O candidato não poderá levar a prova após sua realização;
- 6- Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar o seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos a seguir especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim: atendimento médico por pessoal designado pela Marinha do Brasil; fazer uso de banheiro e casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.
 - Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova e, em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 7- A solução deve ser apresentada nas páginas destinadas a cada questão;
- 8- Não é permitida a consulta a livros ou apontamentos;
- 9- A prova não poderá conter qualquer marca identificadora ou assinatura, o que implicará na atribuição de nota zero;
- 10- Será eliminado sumariamente do concurso e as suas provas não serão levadas em consideração, o candidato que:
 - a) der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
 - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - c) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;
 - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim; e
 - e) cometer ato grave de indisciplina.

NÃO DESTACAR A PARTE INFERIOR

RUBRICA DO PROFESSOR	ESCALA DE	NOTA	USO DA DEnsM
	000 A 100		

PREENCHIDOS	 CONCURSO: CP-T/2019 NOME DO CANDIDATO:				
	N° DA INSCRIÇÃO	DV	ESCALA DE	NOTA	USO DA DEnsM
CAMPOS PELOS (000 A 100		

1ª Parte - Peça processual ou parecer (Valor: 40 pontos)

Considere a situação hipotética em que uma Praça (marinheiro) com 4 anos de efetivo serviço consumou, em 26 de junho de 2018, o crime de deserção, culminando na instauração de Instrução Provisória de Deserção (IPD) regularmente distribuída para uma das Auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar. Como consequência, o referido militar foi excluído do Serviço Ativo da Marinha (SAM) a partir da data de consumação do crime, por intermédio de Portaria expedida pelo Diretor do Pessoal Militar da Marinha (Vice-Almirante).

Em 20 de julho de 2019, o desertor apresentou-se voluntariamente na Organização Militar onde servia, sendo, após a adoção de todas as medidas legais cabíveis, submetido à inspeção de saúde por junta competente, а qual concluiu que ele encontrava-se definitivamente incapaz para fim de serviço militar, em decorrência de doença sem relação de causa e efeito com o serviço, não estando, inválido. Atendendo a requerimento do Ministério Público Militar, o Juiz-Auditor competente determinou, em 10 de agosto de 2019, o arquivamento dos autos, sendo o réu isento de reinclusão e do processo.

Após tomar conhecimento do arquivamento da IPD e frustrado diante da impossibilidade do seu retorno ao Serviço Ativo da Marinha e do prosseguimento normal na carreira, o militar impetrou, em 15 de setembro de 2019, Mandado de Segurança no Superior Tribunal Militar (STM) em face do Diretor do Pessoal Militar da Marinha, suscitando a ilegalidade do ato que o excluiu do SAM, com base nos seguintes argumentos:

- a) que possuía estabilidade assegurada de acordo com o regramento constitucional que trata dos servidores públicos e somente poderia perder sua graduação caso fosse julgado indigno dela ou com ela incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente;
- b) inexistência de previsão legal para a sua exclusão da Força;e
- c) que deveria ser reformado com remuneração calculada com base no soldo correspondente ao grau hierárquico imediato ao que possuía, por estar inválido.

Ao final, formulou os seguintes pedidos:

- I- a anulação do ato administrativo de exclusão do SAM, com a consequente reintegração às fileiras da Marinha do Brasil;
- II- a realização de nova inspeção de saude a ser executada por perito judicial, com vistas a comprovar a sua invalidez; e
- III- a reforma com remuneração calculada com base no soldo de Segundo-Tenente.

Prova : Discursiva Concurso : CP-T/2019

Profissão : DIREITO

Continuação da 1ª Parte

No desempenho da função de assessor do Diretor do Pessoal Militar da Marinha, redija a Prestação de Informações defendendo a legalidade do ato, abordando todos os aspectos processuais e materiais relacionados à lide, enfrentando cada argumento aduzido pelo impetrante e apontando os dispositivos constitucionais e legais pertinentes, seguindo os seguintes tópicos:

 a) relatório (3 pontos) 	io (3 pontos	relatório	a)
---	--------------	-----------	----

- b) preliminar, se houver (8 pontos);
- c) mérito (25 pontos); e
- d) pedido (4 pontos).

_
_
_
_

Prova : Discursiva Concurso : CP-T/2019

Profissão : DIREITO

Continuação da 1ª Parte

· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
<u> </u>

Continuação da 1ª Parte	
	_
	_
	_
	_
	_
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
	_
	_
	_
	_
	_
	_
	_
	_
	_
	_

Continuação da 1ª Parte	
	-
74.	
·	

Continuação da 1ª Parte

Continuação da 1ª Parte
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
-
. 10 - 0.0 1.0 1.0

2ª Parte - Questão 01 (Valor: 15 pontos)

Considere a situação hipotética em que um Estado da federação está passando por uma grave crise de segurança pública, com considerável aumento nos índices de criminalidade, recorrentes rebeliões em presídios, organizadas por facções criminosas, e parte dos efetivos dos órgãos de segurança pública aderindo a paralisações. Diante da inércia do Governador do Estado e ante o temor de perder popularidade ao reconhecer formalmente o esgotamento dos instrumentos destinados à preservação da ordem pública, o Presidente da República, por iniciativa própria, expediu decreto determinando o emprego das Forças Armadas, objetivando pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública verificado no ente federativo, afastando o Governador do exercício do cargo e nomeando um General para tal função, enquanto perdurar a situação de excepcionalidade.

Diante do caso apresentado, responda às seguintes questões de maneira fundamentada, indicando eventuais dispositivos constitucionais e legais que julgar aplicáveis.

- a) Qual a natureza jurídica do emprego das Forças Armadas na situação apresentada? (Valor: 5 pontos)
- b) Tendo em vista que as Forças Armadas estão sob a autoridade suprema do Presidente da República, o decreto em tela deveria ser submetido a algum controle? (Valor: 5 pontos)
- c) Caso houvesse pedido do Governador ao Presidente da República, mediante o reconhecimento formal do mandatário estadual do esgotamento dos instrumentos relacionados no art. 144 da CRFB, e caso a situação fática apresentada não ensejasse a aplicação de instrumentos de legalidade extraordinária, o emprego das Forças Armadas na situação apresentada teria natureza jurídica diversa? (Valor: 5 pontos)

					
					
	<u> </u>				
				·	
			•		
···					
		 			
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
	. = =		•	·	

Profissão : DIREITO

Prova

: Discursiva

Continuação da Questão 01
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

Questão 02 (Valor: 15 pontos)

Todos os anos, o Navio Escola "Brasil" (NE BRASIL) se desloca, em viagem de aproximadamente seis meses, para adestramento de Guardas-Marinha, visitando cerca de vinte portos, localizados em diversos países.

No período que antecede o início da comissão (seis meses antes), com o referido navio atracado em sua sede, a embarcação é submetida, regularmente, a atividades de manutenção e preparo, ocasião em que são providenciados os reparos necessários e o abastecimento do meio. O Chefe do Departamento de Intendência (CheInt), responsável pelo abastecimento do NE "Brasil", após o levantamento das necessidades para a confecção das refeições a bordo daquele navio, pretende realizar a aquisição de gêneros alimentícios (não perecíveis) com valor superior ao limite previsto na alínea a do inciso II do art. 23 da Lei 8.666/93 para a citada comissão, por dispensa de licitação. Com base no caso hipotético, responda:

- a) A aquisição em tela pode ser enquadrada como dispensa de licitação? Justifique, apontando o dispositivo legal. (3 pontos)
- b) Considere a hipótese na qual o Comandante do referido navio tenha a intenção de adquirir um software para treinamento dos Guardas-Marinha junto à entidade integrante da Administração Pública. Tal aquisição poderia ser realizada mediante dispensa de licitação? Explique, indicando a norma pertinente. (3 pontos)
- c) De acordo com Sidney Bittencourt, quais são as três hipóteses de contratação direta? Explique cada hipótese e apresente os respectivos fundamentos legais. (9 pontos).

 _		
 70-1		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
	APPREAMONT.	

Prova : Discursiva Profissão : DIREITO

Continuação da Questão	02		
		·	
			12-12-12-1
			
Sensor			
The state of the s	•		
			W.Y.

		N	

Continuação	da Questão	02
		
	nere.	
	 .	
<u> </u>		
	, ,	
<u></u>		
	···	

-		
		*
		·
···		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
		

Questão 03 (Valor: 15 pontos)

Com o intuito de aprimorar a gestão e a operação de unidades hospitalares em determinado Estado da Federação, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para estudar a viabilidade de adoção de parceria público-privada, baseado em experiência bem-sucedida em outro Estado. No caso sob estudo, pretende-se transferir a execução de serviços afetos à gestão hospitalar do referido ente federativo à iniciativa privada, por meio de contrato administrativo de concessão, hipótese que se insere no que José dos Santos Carvalho Filho denomina de delegação negocial.

Com base na situação hipotética relatada acima:

- a) mencione as três características básicas do referido contrato que o distingue dos demais contratos administrativos, de acordo com José dos Santos Carvalho Filho, e aponte seus respectivos fundamentos legais. (9 pontos)
- b) diante do contrato de concessão especial de serviço público descrito acima, quais são as modalidades de concessão admitidas em lei? Discorra sobre cada uma delas e aponte os respectivos fundamentos legais. (6 pontos)

		
-		
	7	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

	· mer-	,

Prova : Discursiva

Profissão : DIREITO

Continuação da Questão 03
Particular de la constantina della constantina d
, w

Questão 04 (Valor: 15 pontos)

No estudo do "direito sumular", observa-se a importância de técnicas que prestigiam a segurança jurídica e o princípio da isonomia, permitindo que a lei tenha aplicação e interpretação uniformes. O direito brasileiro, atualmente, consagra modalidades de súmulas em níveis diferentes de "vinculação". Cite três modalidades de súmulas consagradas pelo direito brasileiro, descrevendo suas principais características e apontando seus fundamentos legais, de acordo com Pedro Lenza, em sua obra "Direito Constitucional Esquematizado".

Prova : Discursiva Profissão : DIREITO

Continuação da Questão 04